

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CUNI – 15/03/13

1  
2 Aos quinze dias do mês de Março do ano de dois mil e treze, às oito horas no Salão Nobre da  
3 Reitoria da Universidade Federal de Roraima-UFRR, reuniram-se ordinariamente os membros do  
4 Conselho Universitário, sob a presidência da Magnífica Reitora da UFRR, Profa.Dra. Giocanda  
5 Santos e Souza Matínez que saudou a todos os presentes, e enfatizou a alegria com a presença de  
6 três técnicos administrativos de carreira na mesa a frente de três pro-reitorias, Raimundo Aparecido  
7 Pereira da Silva na Pro-reitoria de Planejamento em exercício – PROPLAN, Maria Antonia Oliveira  
8 da Silva na Pro-reitoria de Gestão de Pessoas em exercício e Angela Trindade Barbosa na Pro-  
9 reitoria de Administração em exercício. Em seguida pediu que a secretária dos Conselhos  
10 Superiores a Sra. Bruna Carolina Silva Magalhães fizesse a leitura dos trabalhos do dia **1º Item**  
11 Referendar a Resolução nº 003/2013-GR, que aprovou a Criação do Comitê de Ética no Uso de  
12 Animais, bem como seu respectivo regimento (Relatória: prof. Márcio Akira); **2º Item** Apreciação  
13 do processo nº 23129.002196/2012-78 que trata da Criação do Núcleo de Pesquisa e Pós-  
14 Graduação de Ciência e Tecnologia - NPPGCT e aprovação do respectivo regimento (Relatória:  
15 prof. Roberto Câmara); **3º Item** Apreciação do processo nº 23129.000183/2013-45, que trata do  
16 projeto de resolução Código de escolha de dirigentes da UFRR (Relatória prof. Sônia Padilha); **4º**  
17 **Item** Apreciação do processo nº 23129.001112/2012-89, que trata do Regimento Interno do Curso  
18 de Artes Visuais (Relatoria profa. Adriana Moreno Rangel); **5º Item** Apreciação do processo nº  
19 23129.000490/2013-26, que trata do projeto de resolução - Criação do Hospital Universitário  
20 (Relatoria prof. Frank James Araújo)\***caráter de urgência**; **6º Item** Apreciação do processo nº  
21 23129.002043/2012-21, que trata sobre a mudança da nomenclatura do Centro de Ciências  
22 Administrativas e Jurídicas – CECAJ (Relatoria profa. Ana Zuleide Barroso); **7º Item** Apreciação  
23 do processo nº 23129.002337/2012-52, que trata do Anteprojeto de resolução – Regimento das  
24 Residências Universitárias (Relatoria prof. Linoberg Barbosa de Almeida); **8º Item** Apreciação do  
25 processo nº 23129.000510/2013-69, que trata da Proposta de Redesign do Brasão da UFRR  
26 (Relatoria profa. Adriana Moreno Rangel). Sem posse de novos conselheiros, após a leitura  
27 realizada dos itens de pauta a presidenta questionou se havia alguma manifestação de alteração de  
28 pauta. Com a palavra a profa. Sônia Padilha, pediu retirada do ponto de pauta do projeto que trata  
29 da resolução – Código de escolha de dirigentes da UFRR, considerando os seguintes pontos:  
30 primeiro o fato do projeto revogar 6 (seis) resoluções de anos diversos, algumas em vigor e outras  
31 tantas que modificam tais resoluções que já vinham sendo utilizadas, o que representa um  
32 procedimento muito significativo que merece estudo mais aprofundado, assim o processo que já se  
33 encontra nas mãos dos conselheiros pode ser discutido com mais tempo nas reuniões pré-CUni,  
34 surgindo assim sugestões mais maduras a cerca do assunto. Segundo, que não estão incluídos os  
35 cargos de diretor e coordenador da escola agrotécnica – EAGRO, diretores e coordenadores do  
36 colégio de Aplicação e diretor de instituto, os quais fazem parte das Unidades que compõem a  
37 UFRR e que devem por questão de equanimidade seguir os mesmos procedimentos de escolha para  
38 seus dirigentes. Terceiro ponto, que teor de art. 69 (sessenta e nove), no verso da página 10 (dez), a  
39 relatora disse que o artigo é frágil de coerência já que tal argumento não abrange as demais  
40 unidades da UFRR, mesmo possuindo os seus respectivos regimentos. Com a palavra a Magnífica  
41 reitora ressalta que embora seja desgastante a leitura de todos os processos, ao final verá que isso  
42 facilitará. O objetivo da Coordenadoria de Legislação e Normas – CLN é evitar que algumas  
43 unidades pequem nas eleições. O prof. Aldir Menezes explicou a necessidade de se unificar,  
44 relatando que cada unidade seguia um procedimento diferente para realizar as eleições e até mesmo  
45 na forma de entrega do resultado, o que gerava uma dificuldade na análise da CLN para posterior  
46 encaminhamento para o setor novamente, o que resultava num ressentimento por parte do setor para  
47 com a CLN, em que o setor acaba por entender que a CLN desconfiava de ilícito nas eleições, o que  
48 de fato não ocorria mas sim era resultado da falta de uma não padronização na forma de  
49 encaminhamento. Com a palavra o Conselheiro Edney Veras propôs que o item em caráter de  
50 urgência seja na ordem da pauta como o 1º Item e não como o 5º. O prof. Linoberg Almeida falou  
51 sobre o ponto das residências universitárias, em que pediu a retirada do ponto por este pecar na  
52 ausência de uma especificidade em que o conselheiro não conseguiu encontrar a fala dos estudantes,

53 em que destaca como importante a participação dos estudantes na construção do instrumento legal  
54 que normatiza a estrutura administrativa dessa e de futuras residências universitárias e sugeriu que o  
55 processo seja devolvido para pró-reitoria de assuntos estudantis para que eles possam convocar uma  
56 reunião com os estudantes e na próxima composição do processo conte com a ata dessa reunião  
57 como anexo para melhor instrução da discussão. A profa. Gioconda Martinez esclareceu que foi  
58 realizada a reunião com os alunos mas que os mesmo não usaram a sua representação. Com a  
59 palavra profa. Silvana Túlio endossou a retirada do 3º Item de pauta, assim também, como a  
60 colocação do 1º Item e ainda solicitou a retirada do 8º Item que trata do Redesign do Brasão da  
61 UFRR de pauta frente a necessidade de uma consulta pública através do site da UFRR, em forma de  
62 enquete. A presidenta esclareceu que não foi realizado enquete porque não à modificação no brasão  
63 da Universidade, o que ocorre é que o brasão original era feito em Nanquím e agora será feito em  
64 mídia digital. O prof. Leonardo Dall, enfatizou a retirada de pauta do 3º Item e solicitou a retirada  
65 do 7º Item. Sob as seguintes justificativas quanto ao 3º Item que trata da padronização funcional  
66 dos processos de escolha, não foi objetado de modo significativo pelo colegiado, mas que há  
67 questões que refletem algumas demandas que são históricas do Centro de Ciências Humanas -  
68 CCH. Como a discussão sobre proporcionalidade dos votos que são estabelecidas por uma lei  
69 superior mas que o colegiado gostaria que a administração superior se comprometesse em pensar  
70 estratégias e colocar esta discussão tanto dentro da universidade como no Associação Nacional dos  
71 Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes os meios de se modificar essas  
72 leis por que lá mesmo as perspectivas mais conservadoras pedem pelo menos o voto paritário de 1/3  
73 (um terço) para cada um dos setores sendo esta a primeira ressalva. A segunda é que dentro desse  
74 regime de leis que é de 70% (setenta por cento) para o setor dos professores e os demais de 30%  
75 (trinta por cento), o desenho de 18% (dezoito por cento) e de 12% (doze por cento) são  
76 questionáveis mesmo dentro desse projeto de resolução e talvez ele pudesse ser retrabalhado. Sobre  
77 a residência, talvez uma estratégia a ser pensada por todos seria a de só caracterizar os residentes  
78 nessa estrutura mais simples da casa e também o regimento de patrimônio físico dessa casa e deixar  
79 a questão disciplinar e decisória para os residentes e essas organizações. A profa. Adriana Moreno  
80 prestou esclarecimento sobre a modificação do Brasão. O téc. adm. Francisco Sales prestou  
81 esclarecimento sobre a o proposta de unificação as nove resoluções que estão parcialmente em  
82 vigor, e além das resoluções há decisões judiciais que vinculam a realização de processos eleitorais  
83 na instituição, situação que acaba por se caracterizar como estranha e dificilmente algum processo  
84 eleitoral de um curso ou de um centro consegue passar sem nenhum problema, sem a CLN ter que  
85 orientar, por uma questão de complicação normativa. Quanto ao percentual é disposição legal  
86 garantido na lei nº 9394/96 – LDBE, a respeito disso já havia sido retificado resoluções anteriores,  
87 editando a resolução 020/2013 por ordem judiciária da sessão Judiciária Federal de Roraima  
88 fazendo assim a universalização desse critério, os percentuais trazidos nesse projeto de resolução  
89 são esses. No que diz respeito a exclusão do colégio de aplicação e a EAGRO, isso se justifica  
90 porque esse mandamento legal se refere as instituições públicas de educação superior no caso a  
91 EAGRO e do Colégio de Aplicação, embora integrem a universidade, foi preferido pela CLN  
92 flexibilizar o sistema de seleção destes para que esses possam dispor quanto a possibilidade de  
93 participação dos pais e etc. Pois acredita-se que isso seja interessante ao nível local. E os institutos  
94 estão presentes na redação, pois instituto e centro tem a mesma natureza. O prof. Aldir Menezes  
95 pediu que se aprovasse o projeto do regimento das residências, pois isso não irá invalidar a  
96 discussão, e se faz necessário pois a universidade assina convênios internacionais se  
97 comprometendo com a moradia desses alunos estrangeiros e não esta conseguindo atender a isso. O  
98 prof. Alberto Martinez ressalta a importância da proposta da reitora em relação a levar à Andifes a  
99 solicitação da discussão de mudar em prol da paridade. Com a palavra a presidenta abre regime de  
100 votação para as propostas. Sendo a primeira da conselheira Sônia Padilha, que trata da retirada do  
101 3º Item de pauta que refere-se ao código de escolha de dirigentes que obteve 18 (dezoito) votos  
102 favoráveis, 06 (seis) votos contrários e 05 (cinco) abstenções, sendo assim aprovado a retirada de  
103 pauta. Segunda proposta do Cons. Edney Veras de modificação da ordem, com 5º Item sendo o 1º  
104 Item posto em votação obteve 21 (vinte e um) votos favoráveis e 08 (oito) abstenções. Deste modo

105 proposta aprovada. Terceira proposta do prof. Linoberg Almeida que solicitou a retirada do 7º Item  
106 de pauta que trata do anteprojeto de resolução do regimento de residência universitária, posto em  
107 votação, obteve 14 (quatorze) votos favoráveis, 14 (quatorze) votos desfavoráveis e 04 (quatro)  
108 abstenções, devido ao empate o item permaneceu na pauta. A quarta proposta foi realizada pela  
109 profa. Silvana Túlio que consta o pedido pela da profa. da retirada só 8º Item que refere-se a  
110 proposta de desing posto em votação, obteve 01 (um) voto favorável, 29 (vinte e nove) votos  
111 contrários e 03 (três) abstenções, permanecendo assim na pauta. Com as alterações realizadas a  
112 nova ordem de pauta segue: **1º Item** Apreciação do processo nº 23129.000490/2013-26, que trata  
113 do projeto de resolução - Criação do Hospital Universitário (Relatoria prof. Frank James  
114 Araújo)\***caráter de urgência**; **2º Item** Referendar a Resolução nº 003/2013-GR, que aprovou a  
115 Criação do Comitê de Ética no Uso de Animais, bem como seu respectivo regimento (Relatória:  
116 prof. Márcio Akira); **3º Item** Apreciação do processo nº 23129.002196/2012-78 que trata da  
117 Criação do Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação de Ciência e Tecnologia -NPPGCT e aprovação do  
118 respectivo regimento (Relatória: prof. Roberto Câmara); **4º Item** Apreciação do processo nº  
119 23129.001112/2012-89, que trata do Regimento Interno do Curso de Artes Visuais (Relatoria profa.  
120 Adriana Moreno Rangel); **5º Item** Apreciação do processo nº 23129.002043/2012-21, que trata  
121 sobre a mudança da nomenclatura do Centro de Ciências Administrativas e Jurídicas – CECAJ  
122 (Relatoria profa. Ana Zuleide Barroso); **6ºItem** Apreciação do processo nº 23129.002337/2012-52,  
123 que trata do Anteprojeto de resolução – Regimento das Residências Universitárias (Relatoria prof.  
124 Linoberg Barbosa de Almeida); **7º Item** Apreciação do processo nº 23129.000510/2013-69, que  
125 trata da Proposta de Redesign do Brasão da UFRR (Relatoria profa. Adriana Moreno Rangel).  
126 Dando sequência a reunião foi tratado o **1º Item** que refere-se ao projeto de resolução – Criação do  
127 Hospital Universitário sob a relatória do prof. Frank James, que esclareceu que a proposição é criar  
128 uma unidade que se chama hospital universitário que consultando o Regimento e o Estatuto da  
129 UFRR, este configura-se como unidade suplementar. O conselheiro passa a palavra a presidenta  
130 para que ela explique a importância do ponto de pauta, a presidenta Gioconda fala de quão grande é  
131 a responsabilidade em se construir um hospital universitário, e esclareceu que foi colocado no Plano  
132 Plurianual- PPA do Governo Federal, uma ação de criação do hospital universitário a colocação  
133 dessa ação pelo Senador Mozarildo Cavalcante, permite que se destinem emendas parlamentares ao  
134 hospital universitário, uma vez aprovado no PPA ele tem quatro anos para ser implementada  
135 qualquer ação neste sentido, só que anteriormente nenhum parlamentar havia colocado nenhuma  
136 emenda, no ano passado a Reitora esteve no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcante e ele como  
137 professor do curso de medicina entendeu que já estava na hora da UFRR, começar a trabalhar com  
138 um hospital que não fosse um hospital de urgência e emergência. A proposta foi feita e  
139 posteriormente o Deputado Johnathan de Jesus colocou uma emenda que de início no valor de R\$  
140 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para construção e equipagem do hospital, com base nisso a  
141 reitora se reuniu com os pró-reitores porque isso não estava nas metas , em seguida a reitora teve a  
142 primeira agenda com o secretário de saúde do estado de Roraima Leocádio Vasconcelos para saber  
143 quais são os principais tratamentos fora de domicílio do estado de Roraima, para ter conhecimento  
144 de quais seriam as áreas de gargalo, foram citadas ortopedia, nefrologia e oncologia. Mas após  
145 inúmeras medidas em relação a emenda e a liberalização da mesma, era necessário antes de se fazer  
146 o regimento saber se a comunidade e os conselheiros queriam este hospital, pois o proposito é  
147 envolver vários cursos. O nome já foi sugerido pois é visto como importante, o regimento virá para  
148 o CUni, o local ainda depende do tamanho, mas tem que ser num local que haja acessibilidade para  
149 a comunidade, pois como um Hospital Federal será vinculado 100% (cem por cento) ao Sistema  
150 Único de Saúde – SUS, mas que deve ter pelo menos linha de ônibus e por isso os locais já estão  
151 sendo verificados e a especialidade seria voltada para o diagnóstico e encaminhamento, mas hoje  
152 estará se criando se aprovado o hospital para a reitora poder começar as tratativas com a Empresa  
153 Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, para conseguir desbloquear a emenda. O tec. Adm.  
154 Raimundo Aparecido, ressalta as discussões informais a cerca de um hospital universitário. O  
155 relator Frank James fez a leitura do relato em que consta: Trata-se de aprovar a criação do hospital  
156 universitário denominado Hospital Universitário – HU PRI'YAWON, vinculado a administração

157 superior da UFRR, com a finalidade de atender as necessidades acadêmicas dos cursos da área  
158 biológica e de saúde oferecidos pela UFRR, proporcionando aos estudantes desde o nível técnico  
159 até a pós-graduação, a possibilidade de treinamentos mais adequados dentro de um hospital escola  
160 bem como complementar a rede hospitalar do estado de Roraima. A criação de órgãos suplementar  
161 que objetivem dar suporte as atividades didáticas científicas, tecnológicas e administrativas para  
162 apoiar todas as unidades da UFRR em quantidade necessária amparadas no Estatuto art. 32 (trinta e  
163 dois) do Regimento Geral da UFRR que é a resolução 006/07 – CUni, assim a criação do HU –  
164 PRI'YAWON encontra-se perfeitamente amparada pelas normas da UFRR. Medidas administrativas  
165 de caráter nacional já foram tomadas como consta em anexo 01 (um) do PPA da União para o  
166 período de 2012-2015 lei 12.593 de 18/01/12, em iniciativa 04B0, que trata da implantação do HU  
167 na UFRR, prevista pela pró-reitoria de planejamento da UFRR tendo encaminhado para  
168 apresentação de emenda parlamentar PLOA – 2013, implantação da HU na UFRR. Bem como  
169 estudos por setores técnicos e acadêmicos da UFRR, para proposição de infra-estrutura adequada e  
170 normas de funcionamento do hospital, encontra-se em andamento necessitando regulamentar a  
171 inclusão do HU – PRI'AWON, no organograma da UFRR como uma unidade suplementar assim  
172 recomendo ao CUni aprovar a criação do HU – PRI'AWON . O prof. Júlio Ferraro afirmou que o  
173 grande problema da criação desse hospital é que segundo o prof. este não poderá jamais assumir a  
174 emergência e tem que se discutir UTI – Unidade de Terapia Intensiva, pois para o HU, a UTI deve  
175 ser mínima e adequada as condições. Pois este deve ser um hospital acadêmico. Para transformá-lo  
176 em um centro de excelência e não em mais uma unidade. A conselheira Jucilene fez esclarecimento  
177 quanto ao nome do hospital PRI'AWON, com relação ao projeto a conselheira diz que sentiu falta  
178 da presença de um arquiteto. Na questão do hospital solicitou que seja incluso gestão em saúde  
179 coletiva indígena, que é um curso voltado para gestão e será importante ter esses alunos e  
180 professores da área. O prof. Leonardo Dall Evedove, disse que faltou maior composição no material  
181 para ser votado pelo colegiado e que isso prejudicou a tomada de decisão gerando um voto contra. A  
182 Sra. Vânia Gracielli pediu desculpas mas acha injusto o tempo proposto para se tomar uma decisão  
183 deste porte. E questionou o porque de não se ter realizado um seminário antes para tomada de  
184 decisão e porque as discussões foram informais, porque foram feitas pesquisas com secretários, e a  
185 comunidade acadêmica não foi ouvida. A presidenta justificou a urgência que diz respeito a emenda,  
186 levando em conta que há recursos este ano para a realização desse projeto, e que à possibilidade de  
187 ser realizada pausadamente mas que o recurso será perdido e que quando conversou com o  
188 secretário de saúde e outros conselheiros, foi porque estes tinham os dados necessários. E ressaltou  
189 que gestão é mais ciências administrativas e jurídicas, e que não precisava ser necessariamente  
190 médico para lidar com gestão. O prof. Marcos Braga disse que seu colegiado se pois como  
191 favorável, mas disse que realmente faltaram dados para consubstanciar, mas pela relevância  
192 política, social e uma demanda para o estado de Roraima que tem 500.000 (quinhentos mil)  
193 habitantes e um único hospital com médio e grande complexidade. Ressaltou também que se deve  
194 pensar que a saúde indígena é um subsistema do SUS, e que desta reunião se possa tirar uma  
195 comissão para se pensar, no regimento, função, regras e que esta comissão não esqueça a questão  
196 dos leitos específicos que hoje a saúde indígena pede como subsistema do SUS, determinado em  
197 Lei Federal. O prof. José Franco enfatizou a aprovação, mas questiona a questão das emendas e  
198 como estas são encaminhadas, pois são muito altas voltadas a uma saúde curativa e nenhuma para  
199 saúde preventiva por exemplo. O segundo ponto é a questão das especialidades em que muitos dos  
200 tratamento altamente especializados abordam apenas questões fisiológicas. E se pensar em centro  
201 de referência de especialidade não descarta a articulação e integração com a transdisciplinaridade,  
202 fazendo a mediante diálogo com outras áreas. A presidenta Gioconda Martinez ressaltou que com  
203 relação a saúde preventiva com campanhas, a própria presidenta já disponibilizou a COORDCOM –  
204 Coordenadoria de Comunicação Social, aos secretários de saúde do estado e do município para  
205 ajudar nas campanhas. O prof. Paulo Afonso afirmou a importância do HU, mas declarou que o HU  
206 não vem para resolver os problemas da saúde do Estado, mas que vem para melhorar o ensino da  
207 saúde na universidade. E questionou os recursos para funcionamento do hospital. Quanto a  
208 relatoria do prof. Frank James, o conselheiro Paulo Afonso sentiu falta do histórico da saúde de

209 Roraima. A presidenta esclareceu que o histórico da saúde do estado de Roraima constará no  
210 regimento. O prof. Márcio Akira enfatizou o trabalho com questões de promoção a saúde  
211 preventiva. O téc. Edney se preocupa, com relação a empresa brasileira de serviços hospitalares -  
212 EBSEH, pois na greve do ano passado isso era um ponto de pauta pois todos os técnicos  
213 administrativos eram contra essa empresa porque ela enfatiza ainda mais a terceirização dos  
214 trabalhos dentro da universidade e esta estava de uma certa forma privatizando os HU, e este deve  
215 ser um hospital acadêmico. O conselheiro José Victor, questionou quem irá ser o gestor deste  
216 hospital para não ocorrer o que houve com Restaurante Universitário, de se criar um restaurante e  
217 entregar para uma empresa privada perdendo este o objetivo acadêmico, passando a ser comercial.  
218 E levantou a questão da administração pensar uma alternativa de estarem aproveitando os  
219 acadêmicos nas grandes atividades e grandes obras, não só para ter conhecimento político mas  
220 também aprendizado. A prof. Nilza Pereira trouxe a sugestão do seu centro, para que a resolução  
221 contemple os outros cursos, sendo interessante colocar área de saúde e áreas a fins. O conselheiro  
222 Alberto Martinez enfatizou a importância do HU e a urgência nos processos com relação a emenda.  
223 A profa. Silvana Túlio também afirmou a importância do hospital, parabenizou o conselheiro José  
224 Franco por levantar a questão da sustentabilidade, e traz a sugestão do Centro de Estudos da  
225 Biodiversidade – CBIO, em que o colegiado pensa que deve-se ter o seguinte encaminhamento,  
226 criar a estrutura no organograma da faculdade mediante justificativa e demanda, pois a resolução  
227 como foi apresentada, o CBIO foi desfavorável. E questionou que para o centro faltou subsídios em  
228 relação a estrutura e gestão. Com a palavra o conselheiro Raimundo Aparecido fez mais  
229 esclarecimentos quanto a conversa para com a comunidade que diz respeito ao trabalho com  
230 emendas. A profa. Vânia Graciele enfatizou que devem ocorrer discussões políticas e antes de se  
231 criar uma unidade precisa-se que esta venha com um projeto e um regimento anexado o que não  
232 ocorreu. O prof. Marcos Braga questionou se já tem área do terreno na própria universidade ou será  
233 em outro espaço, e se está sendo considerado o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e  
234 ainda que se seja suprimido o art. 2º (segundo), pois primeiro se pensa em criar o hospital para  
235 entrar no organograma da UFRR e depois pensaremos na gestão, convênio e regimento. A  
236 presidenta Gioconda, esclareceu que o hospital será 100% (cem por cento) vinculado ao SUS  
237 portanto não será privado. A questão da EBSEH é que esta é a empresa que possui expertise, que  
238 fornece a mão-de-obra porque não tem vaga para isso e agora houve adesão dos hospitais a  
239 EBSEH. Justificou que os convênios são via SUS e que o local será democrático de acesso. Mas  
240 mão-de-obra e salário são questões dos servidores e que a universidade presta apoio. A profa. Sônia  
241 Padilha trouxe a consideração do centro como favorável, e se colocou como a favor da retirada da  
242 resolução de áreas afins do texto, pois a comunicação também se interessa pelo hospital. E pediu  
243 que as pautas sejam entregues antecipadamente para os relatores para que estes tenham mais tempo  
244 para discutir e fazer um parecer mais apurado. O prof. Júlio Ferraro destaca que o hospital  
245 pressupõe de um ambulatório, e este ambulatório tem que ter uma central de regulação muito  
246 embora este pertença a rede, para este não ficar sem controle pois este é um hospital universitário  
247 voltado para o ensino. O prof. Alexander Sibajev reiterou a fala do relator. A presidenta destacou  
248 cinco integrantes de uma comissão que assessoraram o Ministério de Educação – MEC, em relação ao  
249 ensino de medicina e hospitais universitários, que dos cinco, dois são do curso de medicina, que é  
250 um fato histórico para a universidade e para o curso de medicina, e que quando a mesma referiu-se  
251 ao secretário executivo em relação a criação, ele disse a Sra. está muito bem assessorada tanto em  
252 relação a expansão quanto a criação do hospital, e registra a importância dos cursos para consolidar  
253 a implantação do hospital caso seja aprovado a criação. Com a palavra o prof. Frank James, diz que  
254 esta de acordo com a proposição da profa. Ana Zuleide, o relator dispõe da seguinte forma. Primeiro  
255 ponto a criação de um hospital universitário vem se constitui uma necessidade para o atendimento  
256 das exigências acadêmicas, de todos os cursos, em especial os da área de saúde oferecidos pela  
257 UFRR. Segundo ponto a constar desta forma, a vinculação integral do hospital ao SUS. E quanto ao  
258 artigo 1º (primeiro) a preposição feita pela profa. Silvana Túlio, apresenta a proposta como está ou  
259 seja criar a unidade, mantendo os artigos 1º (primeiro) e 2º (segundo). O prof. Aldir esclareceu que  
260 a supressão do artigo atacaria a administração da universidade impedindo a mesma de tomar

261 qualquer providência em relação ao HU após a criação desse, porque o conselho com este artigo  
262 esta autorizando a administração a agir, assinar convênios, assinar contratos para que este hospital  
263 exista. Após os esclarecimentos do prof. Aldir Menezes, o relator Frank James finalizou suas  
264 considerações. A Presidenta pois em votação duas propostas, sendo a primeira criar o HU segundo a  
265 proposta do relator e a segunda criar segundo a proposta da prof. Silvana Túlio que trata de se criar  
266 no organograma da universidade do HU- PRIYAWON mediante projeto. A presidenta do conselho  
267 enfatizou a hora, às 11h24min (onze horas e vinte e quatro minutos), após três horas de debate , a  
268 mesma abriu para regime de votação para as propostas a primeira obteve 26 (vinte e seis) votos  
269 favoráveis, a segunda recebeu 02 (dois) votos favoráveis e ao todo houve 02 (dois) abstenções. A  
270 presidenta abriu novo regime de votação para criação do HU conforme primeira proposta segundo  
271 relato na integra do prof Frank James ou conforme segunda proposta do prof. Marcos Braga que  
272 solicitou a retirada do Art. 2º (segundo). Em votação a primeira proposta obteve 26 (vinte e seis)  
273 votos favoráveis, a segunda proposta recebeu 05 (cinco) votos favoráveis e ao todo 02 (duas)  
274 abstenções. De acordo com o resultado, foi criado o HU- PRIYAWON da UFRR. Desta forma a  
275 presidenta convoca o relator Márcio Akira para relatar o **2º Item** de pauta que trata de referendar a  
276 resolução nº 003/2013, que aprova a criação do Comitê de Ética no Uso de Animais bem como seu  
277 respectivo regimento, pediu que a prof. Regina Tie se manifestas ; se, pois ela participou da  
278 comissão de elaboração do regimento para demonstrar a relevância do mesmo. Com a palavra a  
279 prof. Regina Tie, esclareceu que solicitou a aprovação do ad referendum desse regimento por conta  
280 de uma resolução normativa nº 09 (nove), que foi publicada no Diário Oficial que prorroga o prazo  
281 para o requerimento do credenciamento institucional para atividades com animais em ensino ou  
282 pesquisa , isso acaba por significar que a princípio todas as instituições de ensino que possuam o  
283 uso de animais, tenham se registrado no Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia – INCT, para  
284 que possa ser feito a aprovação das aulas, experimentos etc., para que esses possam ocorrer. Essa  
285 prorrogação significa que a UFRR, tem apenas um mês para que essa comissão seja montada e  
286 cadastrada. E se a instituição não seguir essas leis ela esta passível de multas diárias de até R\$ R\$  
287 20.000 (vinte mil reais) e o profissional que tiver no caso envolvido com o uso de animais que a  
288 universidade não esteja cadastrada e continuar a fazer o uso, ele poderá está pagando até R\$ 5.000  
289 (cinco mil reais) de multa diária. O prof. Márcio Akira leu o seu relato que consta: analisando a  
290 última versão do regimento a de folhas 42 (quarenta e dois) e 47 (quarenta e sete) do processo e  
291 comparando com as versões anteriores, verificamos que todas as modificações sugeridas pelo  
292 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, foram acatadas pela relatora do processo antes  
293 do encaminhamento ao CUni, considerando que o regimento da CEUA, já foi aprovado pelo CEPE  
294 por meio da resolução 028/12 de 24/01/13 considerando a existência de projeto aprovado no edital  
295 nº 03/2012, na Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação – PRPPG datado de 03/07/12 (três de  
296 julho de dois mil e doze) conforme consta no memo nº12/13 da Coordenação do Curso de  
297 Zootécnia, considerando que as atividades do referido projeto estão sendo prejudicadas pela falta do  
298 regimento do CEUA, conforme explicitado no memo nº 12/13 e considerando que o regimento foi  
299 aprovado o ad referendum conforme resolução 03/13GR – Gabinete da Reitora de 27/02/13 (vinte e  
300 sete de fevereiro de dois mil e treze), temos o parecer: Entendemos a importância e urgência da  
301 proposta sendo necessárias a sua aprovação para o desenvolvimento de pesquisa, ensino, extensão  
302 ou treinamento com animais em diferentes centros da UFRR, desta forma submetemos ao plenário  
303 com nosso parecer favorável a criação e aprovação ad referendum do regimento do CEUA. O prof.  
304 Marcos Braga fez duas observações quanto ao art. 4º (quarto) que compete ao conselho, que seria  
305 desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência e  
306 orientando os pesquisadores bem como instalações necessárias para a manutenção dos animais em  
307 experimentação, e ainda foi acrescentado no inciso I (primeiro), o seguinte texto cumprir e fazer  
308 cumprir no limite das suas atribuições o disposto na legislação nacional e nas demais normas  
309 aplicáveis a utilização de animais em pesquisa, ensino e extensão ou treinamento. Sendo descartado  
310 especialmente as resoluções do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal -  
311 CONCEA e Conselho Federal de Medicina Veterinária. A magnífica põe em regime de votação  
312 segundo a proposta do relator, aprovado ad referendum. Dando seguimento a reunião agora com o

313 **3º Item** de pauta relatado pelo prof. Antônio Alves porque o prof. Roberto Câmara estava ausente, o  
314 item trata da Criação do Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação de Ciência e Tecnologia – NPPGCT e  
315 aprovação do respectivo regimento. O prof. Antônio Alves iniciou sua fala dizendo que de fato o  
316 NPPGCT já existe, situado próximo ao IGEO – Instituto de Geociências e atualmente conta com o  
317 programa de pós-graduação em Química e Física. A criação do NPPGCT e a proposta do regimento  
318 do mesmo, apresentada no projeto tratasse da regulamentação do funcionamento do NPPGCT, cabe  
319 destacar que o núcleo tem como característica abrigar os programas de pós-graduação em Química  
320 E Física podendo vim a abrigar mais linhas de pesquisas no seu funcionamento. Esses programas de  
321 pós-graduação tem formado vários mestres nessas áreas no estado de Roraima, contribuindo sobre  
322 maneira para a região. Observamos que o regimento proposto foi pensado em comum acordo com a  
323 comunidade, como pode ser constatado acompanhando-se o histórico do processo da criação do  
324 NPPGCT bem como na análise do regimento proposto em comparação com a normas vigentes,  
325 mostrando compatibilidade. Destacamos em especial a autonomia dos programas que estão em  
326 funcionamento no NPPGCT tendo em vista que os mesmos já possuem seus regimentos diante das  
327 considerações acima recomendamos a aprovação. A presidenta abre para regime de votação  
328 segundo o pronunciamento do relator, aprovado por unanimidade. Em continuação segue-se com o  
329 **4º Item** de pauta relatado pela profa. Adriana Moreno, que trata do Regimento Interno do Curso de  
330 Artes Visuais, a profa. leu o seu relato: o presente regimento visa disciplinar os aspectos de  
331 organização e funcionamento dos órgãos do curso de Artes Visuais em conformidade com o que  
332 estabelece o regimento geral da UFRR, e o regimento do Centro de Comunicação, Letras e Artes  
333 Visuais – CCLA, destacando ainda com relevância que essa proposta teve ampla discussão dentro  
334 do centro porque é a primeira vez que o centro coloca seus regimentos para serem passados tanto  
335 pelo CEPE como pelo CUni, o processo foi revisado e foi apreciado e votado pelo CEPE sendo  
336 acatado todas as sugestões da plenária e pela Coordenadoria de Legislação e Normas – CLN. Do  
337 meu parecer tendo por base a documentação analisada e o relato antigo, a partir das sugestões  
338 reconheço que o documento é de suma importância para dá andamento a parte estrutural da  
339 organização acadêmica e administrativa do curso. A presidenta abre regime de votação de acordo  
340 com o parecer da relatora para o regimento interno do curso de Artes Visuais, aprovado por  
341 unanimidade. Como ponto seguinte será discutido o **5º Item** de pauta que trata sobre a mudança da  
342 nomenclatura do Centro de Ciências Administrativas e Jurídicas – CECAJ, relatado pela profa. Ana  
343 Zuleide Barroso, que leu seu relato sendo: Trata-se de uma adequação terminológica motivada pelo  
344 desligamento do curso de Direito do Centro, descaracterizando a sigla antes então em vigor. A  
345 relatora agradeceu a oportunidade que o Conselho concedeu ao centro de realizar uma ampla  
346 consulta a comunidade do CECAJ, incentivando a participação da referida comunidade na criação  
347 da logomarca e novo nome para o centro. Na reunião realizada no centro no dia 02/10/12 (dois de  
348 outubro de dois mil e doze) o conselho do centro escolheu o nome Centro de Ciências Sociais  
349 Aplicadas, em seguida no dia 09/10/12 (nove de outubro de dois mil e doze) a ata da conselho com  
350 a sugestão foi enviada ao CUni, na reunião do CUni de 21/10/12 (vinte e um de outubro de dois mil  
351 e doze) a relatora solicitou a retirada de pauta do referido processo para realizar uma consulta ampla  
352 a toda comunidade do CECAJ, por meio de um concurso. No dia 14/02/13 (quatorze de fevereiro de  
353 dois mil e treze), o edital nº 01 (um) do CECAJ tornou público o concurso para escolha do nome e  
354 logomarca do centro, realizado segundo as disposições ali colocadas. No mesmo dia foi  
355 encaminhado o memo nº38 (trinta e oito) a COORDCOM, e o memo nº04 (quatro) para o  
356 departamento de administração, contabilidade e secretariado executivo, que foram respondidos por  
357 todos cada um indicando o nome de seus representantes. Em relação aos discentes como não havia  
358 representante formal, foi feita uma eleição de modo a sortear o nome dos alunos interessados  
359 inscritos. As inscrições do concurso foram encerradas no dia 28/02/13 (vinte e oito de fevereiro de  
360 dois mil e treze), registrando 45 (quarenta e cinco) inscritos. No dia 14/03/13 (quatorze de março de  
361 dois mil e treze) a comissão julgadora reuniu na sala dos conselhos e homologou 42 (quarenta e  
362 dois) inscrições e escolheu por unanimidade a sugestão Centro de Ciências Administrativas e  
363 Econômicas, no mesmo dia a comissão referendou o resultado final do concurso por unanimidade.  
364 Assim solicitamos que seja anexado ao processo o memo nº 04 (quatro) do CECAJ e os

365 memorando pedindo a formação da comissão e suas respostas, assim como a ata do Conselho  
366 Diretor. Diante da exposição feita a partir dos dados do processo e esclarecimentos, somos  
367 favoráveis a alteração do atual nome Centro de Ciências Administrativas e Jurídicas – CECAJ para  
368 Centro de Ciências Administrativas e Econômicas – CADECOM, assim com a logomarca escolhida  
369 sugerindo ao Conselho Universitário sua aprovação. O prof. Márcio Akira diz que tem dificuldade  
370 em ligar a sigla com o centro. O Conselheiro Luciano Oliveira disse ter ficado sabendo que alguns  
371 alunos ficaram insatisfeitos com o nome e sugeriu que ao invés do sorteio do centro para escolha do  
372 discente deveria ter sido feito um sorteio para escolher um aluno de cada curso. Com relação ao  
373 nome, o conselheiro sugeriu que era pra ter sido feito a escolha de alguns nomes sugeridos e ai fazer  
374 uma enquete para que todos participassem da escolha. O prof. Edgar Reyes ressaltou que foi aberto  
375 um edital público, esse edital teve ampla participação da comunidade, o processo foi acompanhado  
376 por docentes e discentes, o debate ocorreu de modo amplo. O prof. Paulo Afonso da Silva afirmou  
377 que a escolha do nome do centro ocorreu de modo legal, ressaltou que a mudança era necessária por  
378 conta da saída do curso de direito do centro, e esclareceu que o nome não foi baseado nos cursos  
379 pois isso limita e impede que novos cursos possam ser criados. A profa. Ana Zuleide Barroso  
380 agradeceu a presença dos colegas e solicitou a aprovação pelo conselho por entender que o processo  
381 de escolha do nome ocorreu da forma mais democrática possível. A presidenta abriu regime de  
382 votação segundo o relato da profa. Ana Zuleide Barroso, que obteve 16 (dezesesseis) votos  
383 favoráveis, 01 (um) voto contrário e 07 (sete) abstenções. Dando continuidade a reunião o próximo  
384 ponto a ser debatido será o **6º Item** que trata do regimento das Residências Universitárias relatado  
385 pelo prof. Linoberg Barbosa que na sua fala pediu vistas do processo para melhor apreciação do  
386 mesmo e participação dos atores citados pelo relator e a presidenta do Conselho concedeu. Como  
387 próximo item de pauta será discutido o **7º Item** que trata da proposta de redesign do Brasão da  
388 UFRR, relatado pela profa. Adriana Moreno, que diz que foi observado que o Brasão era apenas  
389 utilizado em documentos oficiais ou por alunos em capas de trabalho. E no registro histórico esse  
390 brasão só esta em JPG e não há um material descritivo, e este material é necessário porque quem for  
391 utilizar o brasão em qualquer tipo de material impresso, precisa de um memorial descritivo para que  
392 outra pessoa entenda como deve ser colocado o brasão, isso é uma questão de identidade visual. O  
393 que foi proposto não modifica o formato do brasão, pois há uma questão histórica e tradicional. O  
394 redesign seria transformar ou evidenciar alguns conceitos de algo que já existe, o trabalho foi feito  
395 sutilmente apenas para dar mais visibilidade a universidade, pois no atual não havia nem o nome da  
396 universidade nem a data de fundação. A proposta modifica apenas a retirada de linhas aonde deixa o  
397 brasão num formato muito rígido, acrescentando os dizeres a faixa. A relatora seguiu com a  
398 apresentação em power point explicando as modificações. O prof. Paulo Afonso ressaltou que havia  
399 uma cartilha que explicava o símbolo da UFRR. Questionou os direitos autorais a quem pertence se  
400 a universidade ou não. A presidenta esclareceu dizendo que pertence a universidade. O conselheiro  
401 Edney Veras sugeriu que o nome da UFRR seja mudado a fonte. O prof. Márcio Akira também  
402 falou com relação a fonte, para que esta seja mais clássica. O prof. Frank James esclareceu que a  
403 árvore sempre foi um buriti. Os conselheiros fizeram muitos questionamentos quanto a tipografia,  
404 deste modo a relatora acatou a retirada da atual tipografia passando para a antiga. A relatora também  
405 acata a permanência da árvore do buriti. A presidenta abriu regime de votação segundo relato da  
406 profa. Adriana Moreno e obteve 24 (vinte e quatro) votos favoráveis e 01 (um) voto de abstenção. E  
407 na sequência, por não haver mais nada a tratar, a Presidenta deu por encerrada a reunião às  
408 16h00min, onde eu Amanda Barros Ferreira, na função de Estagiária da Secretaria dos Conselhos  
409 Superiores, contando com a colaboração da Secretária dos Conselhos Superiores a Sra. Bruna  
410 Carolina Silva Magalhães, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por  
411 mim e pelos demais presentes:

Profª. Gioconda Santos e Souza Martínez_
Prof. Reginaldo Gomes de Oliveira_
Prof. Joel Corlos Miozinho_

Profª. Vangela Maria Isidoro de Morais_
Sr. Raimundo Aparecido Pereira da Silva_
Sra. Railma Sales de Sousa_
Prof. Frank James Araújo Pinheiro_
Profª. Silvana Túlio Fortes_
Prof. Alexander Sibajev_
Prof. Júlio César Ferraro Rocha_
Prof. Alberto Martin Martinez Castañeda_
Prof. Antônio Alves de Melo Filho_
Prof. Carlos Alberto Marinho Cirino_
Prof. José Carlos Franco de Lima_
Prof. Linoberg Barbosa de Almeida_
Prof. Leonardo Ulian Dall Evedove_
Profª. Teresa Cristina Evangelista dos Anjos_
Profª. Ise de Goreth Silva_
Prof. Marcos Antonio Braga de Freitas_
Profª. Sônia Costa Padilha_
Profª. Adriana Moreno Rangel_
Profª. Ana Zuleide Barroso da Silva_
Prof. Paulo Afonso da Silva Oliveira_
Profª. Nilza Pereira de Araújo_
Profª. Isabel Cristina Leão Pinheiro_
Prof. Pedro Antonio dos Santos_
Prof. Márcio Akira Couceiro_
Téc. Adm. Edney Veras dos Santos_
Téc. Adm. Claudomiro da Silva Rego_
Téc. Adm. Luciano da Silva Oliveira_
Téc. Adm. Lídia de Souza Coelho_
Téc. Adm. Isaias Gimaque Nascimento_
Téc. Adm. Daniel Anderson de Oliveira_
Téc. Adm. Cesário Paulino Bezerra de Queiroz_
Disc. José Victor da Costa Alecrim Bisneto_
Disc. Jucilene Carneiro de Lima_
Est. da SCS. Juniarlis de Sousa Brito_
Est. da SCS. Amanda Barros Ferreira_
Sec. da SCS. Bruna Carolina da Silva Magalhães_